



## Especial

Sindicalistas se posicionam contra proposta que regulamenta direito de greve

Página 07



SINAGÊNCIAS reafirma medidas de transparência implementadas pela Diretoria Executiva Nacional

Página 06

## PONTO JURÍDICO

Sinagências ingressa como Assistente em processo sobre reposição inflacionária anual

Recurso Extraordinário no STF possui repercussão geral e, se deferido, balizará julgamentos com o mesmo tema em todo o Judiciário

Página 07



# O REGULADOR

Jornal do Sinagências, Ano I - Nº 3 - Novembro de 2012



## A GREVE ACABOU, MAS A LUTA NÃO !

Servidores dão prova de unidade e demonstram que estão em outro patamar de discussão com o governo

Página 03

## FIQUE INFORMADO

Agências Reguladoras têm 11 diretorias sem nomeação

Engessamento das Agências Reguladoras compromete funcionamento das instituições

As Agências Reguladoras estão entre as instituições governamentais mais cobradas pela sociedade, mesmo assim correm o risco de ver suas atribuições minguadas pela ausência de diretores e interferências políticas

Página 06



Sinagências nas Redes Sociais

acesse o site

<http://www.sinagencias.org.br>

# Regulamentação da Convenção 151 da OIT: até quando esperar?

**P**auta histórica do movimento sindical, o Brasil aderiu, em junho de 2010, à Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, que versa sobre negociação no setor público.

A adesão obriga o Estado brasileiro a regulamentar garantias aos trabalhadores do setor público, tais como a estabilidade dos dirigentes sindicais, o direito de greve dos servidores e proteção contra possíveis atos antissindicais de autoridades públicas.

Esta ratificação fortalece os sindicatos com o direito à liberdade de expressão, de representar e ser representado, de participar, organizar atos que busquem a ampliação dos direitos e melhorias nas condições laborais, mas acima de tudo, faz com que os gestores públicos passem a respeitar as entidades como órgãos que representam os trabalhadores.

Defendida pelo Sinagências, a entrada em vigor da Convenção será o marco de uma mudança na cultura política e administrativa do Brasil, onde ainda prevalece a ideia de que o Executivo tem poder absoluto e não deve satisfações ou a devida atenção aos trabalhadores públicos, como se estes fossem meros serviçais de uma suposta grande eminência.

## A Convenção 151 também estabelece os seguintes princípios:

. Proteção contra os atos de discriminação que acarretem violação da liberdade sindical em matéria de trabalho;

. Independência das organizações de trabalhadores da função pública face às autoridades públicas;

. Proteção contra atos de ingerência das autoridades públicas na formação, funcionamento e administração das organizações de trabalhadores da função pública;

. Concessão de liberação aos representantes das organizações de trabalhadores da função pública reconhecidas, permitindo cumprir suas funções seja durante as suas horas de trabalho ou fora delas;

. Instauração de processos que permitam a negociação das condições de trabalho entre as autoridades públicas interessadas e as organizações de trabalhadores;

. Garantias dos direitos civis e políticos essenciais ao exercício normal da liberdade sindical.

Porém, o Sinagências alerta aos servidores que acompanhem atentamente a movimentação sobre a regulamentação da Convenção 151. O fato é que o Estado brasileiro ainda não aplicou adequação à legislação interna para colocar a Convenção, de fato e efetivamente, em vigor.

## Sumário

- 02** | Regulamentação da Convenção 151 da OIT: até quando esperar?
- 03** | Greve das Agências e DNPM
- 04** | Mural de Fotos das Agências e DNPM
- 05** | Mural de Fotos das Agências e DNPM
- 06** | Comunicado da Diretoria Executiva Nacional N° 01/2012  
Sinagências reafirma medidas de transparência implementadas pela Diretoria Executiva Nacional  
Agências Reguladoras têm nove diretorias sem nomeação
- 07** | Sindicalistas se posicionam contra proposta que regulamenta direito de greve  
Sinagências ingressa como Assistente em processo sobre reposição inflacionária
- 08** | Congresso Nacional Extraordinário do Sinagências  
Curtas: \ Por Ricardo Holanda  
Entrevista com Reginaldo José Rocha Lemos

## Expediente



### Diretoria Executiva Nacional

João Maria Medeiros – Presidente  
 Osvaldo Barbosa – 1º Vice-Presidente (licenciado)  
 Gilmar Ferreira – 2º Vice-Presidente  
 Mônica Beraldo – Secretária-Geral  
 Elísio Ribeiro – 1º Secretário-Geral Adj(licenciado)  
 Marília Cunha – 2ª Secretária-Geral Adjunta  
 José Carlos de Castro – Diretor Financeiro  
 José Airimir Padilha – Diretor Fin. Adj(licenciado)  
 José de Lima Dias – Diretor Administrativo  
 Altemir Calazans – Diretor de Políticas  
 Nei Jobson da Costa – Diretor Jurídico  
 Márcia Pissolatti – Diretora Jurídica Adjunta  
 Ricardo de Holanda Melo – Diretor de Comunicação  
 Eugênio Pereira – Diretor de Comunicação Adjunto  
 Washington Luis - Dir. de Relações Institucionais  
 Cláudia Nunes – Dir. de Rel. Institucionais Adjunta  
 David Leão – Diretor de Organização  
 Wellington Batista - Dir. de Organização Adjunto  
 Geraldo Marques – Diretor de Formação Sindical  
 Ademir Mota - Dir. de Formação Sindical Adjunto  
 Nailton Alves - Dir. de Saúde e Seg. do Trabalho  
 Raimundo Cunha - Dir. de Saúde e Seg.do Trab. Adjunto  
 Stéfano Pereira - Dir. de Desenvolvimento Social  
 Thiago Brasil - Dir. de Des. Soc. Adj.(licenciado)  
 Laura Masae - Diretor de Defesa dos Aposentados  
 Carlos Pessoa - Dir. de Assuntos Profissionais  
 Carla Martins - Diretor de Fomento à Pesquisa  
 Leandro César – 1º Diretor Suplente  
 Jairo Correia – 2º Diretor Suplente  
 José Alves – 3º Diretor Suplente

### Conselho Fiscal

Áurea Lino da Silva - presidente  
 Régis Marlo Martins - 1º Suplente  
 Samanta Augusta - 2º Suplente  
 José Maria da Costa - 3º Suplente  
 Jorge de Oliveira - 4º Suplente  
 Ruitter Elano de Oliveira - 5º Suplente  
 Chico Passeata - 6º Suplente (licenciado)  
 Lucia Surita - 7º Suplente  
 Miriam Aquino - 8º Suplente  
 José Antônio Almeida - 9º Suplente



JORNAL DO SINDICATO NACIONAL DOS  
SERVIDORES DAS AGÊNCIAS NACIONAIS DE  
REGULAÇÃO - SINAGÊNCIAS

### Conselho Editorial

**Coordenação:** Ricardo Holanda e Eugênio Pereira  
**Jornalista Responsável:** André Barreto - MTB 2539/DF  
**Projeto Gráfico e Diagramação:** Leonardo Urbano - CBO 2124-20  
**Fotos:** Arquivo SINAGÊNCIAS

### Contato

Fone: (61) 3962-5000 Fax: 3962-5001  
 Email: comunicacoes@sinagencias.org.br

# Greve das Agências e DNPM

**Servidores dão prova de unidade e demonstram que estão em outro patamar de discussão com o governo**

Antes de qualquer julgamento, é preciso deixar claro que os servidores das Agências Reguladoras e do DNPM são profissionais altamente qualificados, comprometidos com suas atividades e com as metas das suas instituições.

Entramos nesta greve - a maior paralisação de servidores federais da história - porque queríamos condições de trabalho para fazer a diferença, atuando na defesa do interesse público e na garantia dos nossos direitos como cidadãos.

Nosso objetivo é, e sempre foi, atuar de maneira eficaz e, com atuação positiva, contribuir para a construção de um país melhor. Acreditamos que não adianta apenas realizar concursos públicos, pois é preciso garantir a necessária estrutura de trabalho para os servidores públicos.

Pleiteamos uma carreira estruturada da regulação federal e a reposição das perdas salariais em razão da inflação, já que desde 2008 o governo não abriu mesa de negociação, tampouco implementou os Grupos de Trabalho prometidos à época e que tinham por objetivo a redefinição da estrutura de algumas carreiras e também a regulamentação de gratificações previstas em Lei.



Pela peculiaridade das instituições regulatórias e responsabilidades dos servidores, fazer um acordo mal feito seria um erro, principalmente nos termos do que foi proposto pelo governo - reajuste de 15,8%, divididos em três anos.

Para as categorias que aceitaram o acordo, novas negociações só poderão ocorrer em 2016, ou seja, estão engessadas. Assim, pode parecer contraditório, mas saímos vitoriosos desta greve, mesmo não fechando acordo algum, pois em 2013 teremos

ainda mais argumentos e força para pressionar o governo.

Aliás, força e unidade foram elementos que não faltaram aos reguladores federais durante a greve. E isso terá que ser mantido daqui para frente.

Infelizmente, alguns servidores não viram a nossa mobilização desta forma, chegando ao ponto de quererem desfiliar-se do Sinagências.

O servidor isolado não tem força suficiente para defender os seus interesses. Para que seja tratado com o respeito e a dignidade que merece, ele precisa, sim, de um sindicato forte, que só é construído a partir da unidade dos seus filiados e da ampliação da sua base.

O Sinagências tem a clareza que os reguladores federais entrarão em uma nova fase, pois estão em outro patamar de discussão com o governo. Mas para que nossas ações se traduzam em conquistas, é preciso mantermos a unidade e termos o entendimento das mobilizações - das que foram e das que serão realizadas.

A luta está só começando.



# Mural de Fotos *da Greve*



**MARANHÃO**



**PIAUI**



**MINAS GERAIS**



**PERNAMBUCO**



**GOIÁS**



**PARAIBA**



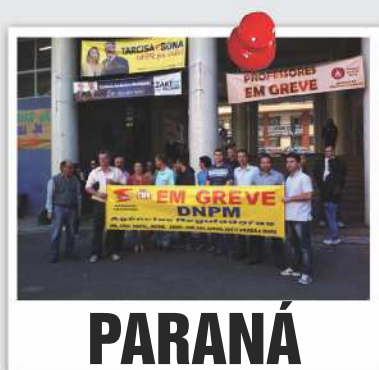
**RIO DE JANEIRO**



**PARÁ**



**BAHIA**



**PARANÁ**



**RIO GRANDE DO SUL**



**SANTA CATARINA**



**ACRE**



**AMAPÁ**



**AMAZÔNAS**



**CEARÁ**



**ESPÍRITO SANTO**



**MATO GROSSO**



**RIO GRANDE DO NORTE**



**SERGIPE**



**RONDÔNIA**



**RORAIMA**



**BRASÍLIA**



**MATO GROSSO DO SUL**



**SÃO PAULO**



**TOCANTINS**

# Comunicado da Diretoria Executiva Nacional Nº 01/2012

Às Secretarias Sindicais do Sinagências nos Estados; aos Filiados do Sindicato em todo o país; e aos servidores das Agências Reguladoras e do DNPM

A Diretoria Executiva Nacional do Sinagências define a necessidade de reorganização da estrutura representativa do Sindicato nos níveis Estaduais e Nacional, no âmbito das Secretarias Sindicais Estaduais, das Secretarias Colegiadas Estaduais, da Secretaria Colegiada Nacional e dos Cargos Vagos da Diretoria Executiva Nacional, de forma a dar maior capilaridade e representatividade ao Sindicato, bem como agregar ao convívio da estrutura sindical lideranças que se destacaram no recente período de Greve das Agências Reguladoras e do DNPM, e setores e segmentos ainda não contemplados nas estruturas de representação do sindicato.

A Diretoria Executiva Nacional adota a seguinte Agenda de Atividade para atender o processo de reorganização da estrutura representativa do Sindicato, bem como define a convocação do Congresso Nacional Estatutário Extraordinário do Sinagências – CONSAG EXTRAORDINÁRIO, para o período de 1º a 05/03/2013, em Brasília – DF, na forma do Edital de Convocação, Anexo – I a este Comunicado.

1. Reorganização do Sinagências na esfera Estadual, no período compreendido entre 1º/11 a 15/12/2012, da seguinte forma:

Eleição (recomposição onde couber) para todas as Secretarias Sindicais – SESIN 's para um mandato para 02 (dois) anos;

Eleição/Composição das Secretarias Colegiadas Estaduais – SECOE 's, nas mesmas Assembleias onde ocorrerão as eleições das Secretarias Sindicais;

Eleição dos Delegados de Base de cada Agência e DNPM, sendo esta eleição por local de trabalho nos eventos preparatórios às Assembleias Estaduais ou, na impossibilidade, em reuniões posteriores às eleições estaduais.

a) A Assembleia Estadual que elegerá a SESIN e SECOE será convocada pelo Secretário Sindical do Estado (modelo de Edital na forma do Anexo – II), na ausência deste, pelo Diretor de Organização do Sinagências.

b) A Diretoria de Organização do Sinagências será responsável pela orientação às Secretarias Sindicais na consecução da reorganização do Sindicato nos referidos órgãos e instâncias de representação da Entidade, podendo, para tanto, onde for necessário, apoiar a condução da atividade, presencialmente.

2. Reorganização do Sinagências na esfera Nacional, no período compreendido entre 1º/11 a 15/12/2012, da seguinte forma:

Composição para a Secretaria Colegiada Nacional – SECON, nos termos do Edital de Composição da SECON, a ser publicado no site do Sinagências em 10/11/2012, com prazo para inscrição dos interessados no período de 15 a 25/11/2012, nos quantitativos definidos no Estatuto do Sindicato.

Composição de Cargos Vagos na Diretoria Executiva Nacional do Sindicato, por meio de Edital de Composição de Vagos, a ser publicado no site do Sinagências em 20/11/2012, com prazo para inscrição dos interessados no período de 25/11 a 05/12/2012, nos quantitativos correspondentes aos cargos vagos na Diretoria Executiva Nacional do Sinagências.

Brasília, 30/10/ 2012

João Maria Medeiros de Oliveira  
Presidente

Diretoria Executiva Nacional do Sinagências

## Sinagências reafirma medidas de transparência implementadas pela Diretoria Executiva Nacional

*Avançar e Construir. Sinagências reafirma medidas de transparência implementadas pela Diretoria Executiva Nacional*

O maior bem de um Sindicato é ter a confiança dos filiados, baseada na seriedade e na transparência sindical, ou seja, na certeza de que quaisquer ações foram e serão tomadas com base na decisão soberana dos sindicalizados reunidos em assembleia.

Com o Sinagências não é diferente: é uma entidade que respeita as deliberações da classe em todas as suas instâncias.

Por isso mesmo, e considerando uma boa prática do Sinagências, a direção do Sindicato disponibilizou os vídeos das reuniões realizadas com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG ao longo da greve.

Estes vídeos estão acessíveis a todos os servidores das Agências Reguladoras no portal do Sinagências, no link "Boletins Informativos".

# Agências Reguladoras têm 11 diretorias sem nomeação

*Engessamento das Agências Reguladoras compromete funcionamento das instituições*

As Agências Reguladoras estão entre as instituições governamentais mais cobradas pela sociedade, mesmo assim correm o risco de ver suas atribuições minguadas pela ausência de diretores e interferências políticas.

A promessa da presidente Dilma – inclusive enfatizada em seu discurso de posse – era justamente fortalecer as Agências Reguladoras, proporcionando-lhes autonomia e competência técnica.

*"As agências reguladoras terão todo respaldo para atuar com determinação e autonomia, voltadas para a promoção da inovação, da saudável concorrência e da efetividade dos setores regulados."*

**Dilma Rousseff**

Mas isso não passa de promessa política, o compromisso posto foi abandonado pela imperadora do Executivo, e o que reina mesmo é o constante aparelhamento político dos órgãos reguladores e, em um cenário mais recente, o descaso com as nomeações para as diretorias destes.

Conclusão: as instituições reguladoras, além de sofrerem com forte ingerência governamental, podem, agora, ficar engessadas pela falta de diretores.

O sentimento geral é o de que a Presidência da República está relegando as agências reguladoras e seu corpo funcional ao segundo plano, o que incomoda bastante quem atua nessas entidades e reflete negativamente na prestação dos serviços à sociedade.

Para o Sindicato Nacional dos Servidores das Agências Nacionais de Regulação (Sinagências), é fundamental a regulamentação do mecanismo de escolha técnica dos diretores das agências reguladoras por meio de Decreto presidencial. O mecanismo

contaria com a elaboração de uma lista tríplice priorizando a competência técnica e formada por servidores públicos do quadro de pessoal permanente para permitir a decisão da Presidência da República no encaminhamento do nome ao Senado Federal.

Ainda que não fosse possível que todas as vagas das diretorias colegiadas respeitassem este processo de nomeação seria, no mínimo, saudável que se garantisse que pelo menos duas das cinco vagas fossem preenchidas exclusivamente por servidores do quadro de pessoal.

Atualmente o alto escalão das agências reguladoras é composto majoritariamente por pessoal externo aos órgãos e muitas das vezes sem a experiência necessária para conduzir as matérias iminentemente técnicas das Agências.

É preciso que a Chefe do Executivo não só nomeie de forma célere os dirigentes para conduzir a extensa pauta das Agências Reguladoras, como esta nomeação se ampare primordialmente em critérios técnicos e não políticos.

### Cenário de instabilidade regulatória

O Sinagências externa ainda preocupações com o cenário de interferência do governo no tocante às ações das Agências Reguladoras, pois com indicações políticas e medidas populistas corre-se o risco de perda de credibilidade perante investidores e sociedade, além de total desvirtuamento do modelo de autonomia em que as Agências foram concebidas.

Veja o quadro abaixo:

Órgão regulador	Quantitativo de vagas	Total de vagas sem nomeação
ANA	5	0
Anac	5	0
Anatel	5	1
Ancine	4	1
Aneel	5	0
ANP	5	1
ANS	5	2
Antaq	3	1
ANTT	5	3*
Anvisa	5	2

\* A ANTT está com três diretores interinos.

## Sindicalistas se posicionam contra proposta que regulamenta direito de greve

*Sindicalistas criticam o projeto de lei do senador Aloysio Nunes e concordam que a definição de regras claras para a negociação coletiva entre servidores públicos e governo deve estar entre os principais pontos a serem discutidos nesse debate*

**Nei Jobson, diretor jurídico do Sinagências, afirma que governo precisa adotar um processo de negociação coletiva eficiente**

O Sindicato Nacional dos Servidores das Agências Nacionais de Regulação (Sinagências), representado pelo diretor jurídico da entidade de classe, Nei Jobson, participou de audiência pública para discutir sobre o direito de greve, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado.

Os sindicalistas presentes criticaram o projeto de lei de autoria do senador Aloysio Nunes (PSDB-SP) – PLS 710/2011 – que trata acerca da regulamentação do direito de greve no serviço público.

Para o diretor do Sinagências, antes de qualquer tipo de discussão para regulamentar a greve no âmbito dos três poderes é importante garantir que haja, de fato, um processo de negociação, que seja feito por fases, para que se evite a paralisação dos serviços. “Os trabalhadores não desejam chegar a esse ponto. Mas merecem ser tratados com respeito.

A greve acaba se tornando a única alternativa diante da intransigência do governo e da falta de um processo de negociação eficaz”, afirma.

Manoel Messias, representante do Ministério do Trabalho e Emprego, também se posicionou a favor de um debate amplo em relação ao direito de greve. Apontou algumas questões fundamentais que devem ser consideradas, como a regulamentação da Convenção 151, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata a respeito do direito de negociação coletiva.

Messias ainda sinalizou a elaboração de uma minuta de projeto para a regulamentação do direito de greve.

De acordo com ele, o Ministério do Trabalho, juntamente com o Ministério do Planejamento e a Secretaria-Geral da Presidência devem construir alternativas para um projeto que considere a visão de servidores e sindicatos. Durante a audiência, ficou clara a posição dos sindicalistas presentes sobre a necessidade de se definir critérios objetivos para se estabelecer negociações entre o governo e os servidores.

A implementação de uma data base anual para o serviço público e a discussão minuciosa sobre o tema, com a participação de representantes da sociedade civil, também foram pontos ressaltados na audiência, para que sejam debatidos antes da aprovação de alguma lei que atente contra o direito de greve expresso pela Constituição Federal de 1988.

## Sinagências ingressa como Assistente em processo sobre reposição inflacionária

*Recurso Extraordinário no STF possui repercussão geral e, se deferido, balizará julgamentos com o mesmo tema em todo o judiciário*

O Sinagências ingressou como Assistente no Recurso Extraordinário (RE) nº 535.089, no Supremo Tribunal Federal (STF), ajuizado por Rubens Orsi de Campos Filho contra o Estado de São Paulo, em que se discute o direito dos servidores públicos à indenização ante a inobservância da cláusula de reposição anual do poder aquisitivo dos vencimentos dos servidores públicos, prevista no artigo 37, inciso X, da Constituição Federal.

O referido RE possui a chamada Repercussão Geral, que é atribuída a processos cujos temas possuam relevância do ponto de vista econômico, jurídico, político e social, devendo as demais esferas do Judiciário obedecerem à decisão do STF quando julgarem casos que se assemelhem ao da Repercussão Geral.

Na hipótese em exame pelo STF, ainda com a atuação do Sinagências como Assistente não advirão efeitos positivos. Isso ocorre porque o RE trata de matéria estadual, e a base representada pelo Sinagências engloba servidores públicos federais.

Mas, ainda assim, é importante frisar que o ingresso nesse feito possui grande importância, pois, como Assistente, o Sinagências tem condições de manifestar o apoio e interesse na conquista do direito de revisão anual dos vencimentos dos servidores públicos em nossa base de atuação, ajudando o STF a compreender a magnitude e importância da decisão que será proferida no que diz respeito ao alcance do dispositivo constante do inciso X do art. 37 da Constituição Federal. Como o processo possui Repercussão Geral, a vitória servirá de baliza para os demais processos a respeito – e o Sinagências aproveitará esse precedente para realização de medidas a favor de seus filiados.

O Ministro Marco Aurélio de Mello já proferiu voto favorável ao provimento do RE, ou seja, a favor da revisão anual dos vencimentos com base no dispositivo constitucional acima. Atualmente, o processo está sob a responsabilidade da Ministra Carmen Lúcia, que requisitou vista para proferir sua decisão.

**É o Sinagências defendendo o direito da categoria!**

# Congresso Nacional Extraordinário do Sinagências

*Evento ocorrerá no período de 1º a 5 de março de 2013, em Brasília*

O presidente do Sinagências, João Maria Medeiros de Oliveira, emitiu no final de outubro convocação para o Consag Extraordinário, evento deliberado pelo II Consag.

Marcado para o período de 1º a 5 de março do próximo ano, em Brasília, o Congresso Extraordinário apresenta uma extensa pauta, incluindo a avaliação da conjuntura nacional e internacional, sua interface com a negociação e greve ocorrida em 2012 e perspectivas do espaço de lutas, negociação e acordos com o governo para o período de 2013 a 2015.

Os participantes do Congresso vão avaliar, de forma aprofundada, a pluralidade da pauta de reivindicações dos reguladores federais, em discussão setorial de cada especificidade, ou seja, quadros efetivos e específicos (níveis superior, intermediário e auxiliar) das Agências e DNPM, assim como cargos e carreiras voltadas para as áreas de fiscalização (área fim) e áreas de gestão (área meio).

A partir daí, será discutida e aprovada a pauta geral dos reguladores e as pautas específicas de cada quadro e segmento da categoria, bem como a definição da melhor estratégia de luta e negociação frente às pautas aprovadas.

Tema de destaque do Consag Extraordinário, a reforma estatutária também será debatida, com ênfase para a rediscussão do valor da mensalidade sindical e da contribuição sobre os ganhos da categoria em negociação e greve.

Em breve, o Sinagências divulgará o caderno de programação do Consag Extraordinário, dispondo sobre as atividades, mesas temáticas, painéis, grupos de trabalho, plenários, horários e endereço do Congresso.

**CURTAS:** \ \ Por Ricardo Holanda  
Diretor de Comunicação do Sinagências

## Quem nos dera, ganhar igual a ela...

O salário de Miriam Belchior (MPOG) é R\$ 36.297,94 LÍQUIDO. Entendido porque ela não gosta de negociar, quer tudo para ela.

## Mágoa é pior que greve

"Não creio em nova greve, mas ficou a mágoa e a desconfiança no governo", ressaltou Sérgio Belsito, presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal).

## Há algo de podre nas políticas públicas

Enquanto empresas multinacionais aumentam os lucros no Brasil, o desemprego cresce e condições dignas de trabalho são atropeladas. É o suor do povo brasileiro salvando prejuízos, mantendo e gerando empregos em outros países.

## Aprendendo com quem sabe

Para o professor de filosofia política da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Edson Telles, as paralisações indicaram uma recusa ao que ele chama de uma "certa precarização do trabalho realizada pelo estado brasileiro", não somente na questão salarial, mas também no plano de carreira.

## Mais reguladores

A Comissão de Finanças e Tributação aprovou em 31/10 proposta que cria 400 cargos de nível médio para as agências nacionais de Petróleo (ANP), de Saúde Suplementar (ANS) e das Águas (ANA).

## Governo dos trabalhadores

Quer regular o direito de greve, mas negociação coletiva e recomposição salarial anual que é bom nada!

## Quase 10 anos de gaveta

A nova Lei Geral das Agências Reguladoras (PL 3337/2004) está engavetada há quase 10 anos. A quem interessa esse stand-by?

## Lista Tríplice JÁ

Onze cargos de Conselheiros / Diretores das Agências Reguladoras estão vagos. #engesse\_não\_Presidenta

## Direita perdida, esquerda sem rumo

Quando não existe oposição forte entra em cena o rolo compressor do governo para aprovar tudo por "interesse". #uma\_nova\_oposição\_já!

**O Regulador** - Conte um pouco de sua trajetória profissional e de seu envolvimento com o meio sindical.

**Reginaldo** - Sou originário do antigo Dentel, desde 1983, departamento vinculado ao Ministério das Comunicações, que atuava como uma espécie de órgão regulador. Na época do governo Collor, o Dentel foi extinto e, ao longo dos anos, houve uma sucessão de órgãos. De alguma forma, sentado na mesma cadeira, eu fui Ministério das Comunicações, Ministério da Infraestrutura, Ministério dos Transportes e Comunicações e Anatel.

Naquele tempo, nós não fazíamos mobilizações, greve. O Dentel era um quartel sem farda, inclusive o diretor geral da instituição era um coronel. Mas o pessoal da Saúde e da Previdência Social já dava os primeiros passos.

**O Regulador** - E como se deu sua aproximação com as questões do movimento dos servidores?

**Reginaldo** - De 2003 para 2004 havia um grupo na Anatel que tinha a vontade de mudar alguma coisa, queríamos mudar, criar algo novo para o serviço e para o servidor. A preocupação não era apenas salarial, mas também o posicionamento dos servidores, melhoria em termos de trabalho. Então nós criamos um grupo de trabalho, com a participação fundamental de Vital Felipe dos Santos, hoje aposentado, com a sede de criar algo novo para o servidor público, uma forma de luta. E ele foi a pessoa que ficou sabendo da existência da Ansevis - Associação dos Servidores da Anvisa, um grupo de luta daquela Agência, que veio a dar origem ao Sinagências. Houve uma reunião inaugural no final de 2003, e fui eleito 2º vice-presidente para representar os servidores da Anatel na primeira gestão do Sinagências, atuando também na segunda gestão. A partir daí foi uma caminhada mais de aprendizado. A responsabilidade era gratificante, encarei esses dois mandatos como um desafio novo na vida, pelo ideal de se fazer algo pela categoria.

**O Regulador** - A greve deste ano tem algum paralelo com outra grande mobilização?

**Reginaldo** - Sobre a greve deste ano, eu tive o prazer de ver um sindicato fortificado e preparado. Nunca vi um Sinagências tão fortalecido. Pela primeira vez foi vista uma unidade entre todas as categorias de servidores, diferentemente do que houve em 2008. O governo foi intransigente, tentou dividir os servidores, mas eles permaneceram unidos graças ao trabalho do Sindicato junto com as demais entidades envolvidas. **Fiquei orgulhoso.**

## Entrevista

**Reginaldo José Rocha Lemos**

Vice-presidente do Sinagências por duas gestões

Paraibano de Campina Grande, mas criado em Minas Gerais, **Reginaldo José Rocha Lemos** é engenheiro de telecomunicações lotado na Anatel desde o início da Agência, em 1997. Atualmente é o gerente da Unidade Operacional da Anatel no DF, mas iniciou a carreira no extinto Dentel.

